



*Manuel*  
*Luís*

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE VILA REAL, REALIZADA NO DIA 13 DE  
FEVEREIRO DE 2012**

**N.º 4/2012**

**PRESIDÊNCIA:** Manuel do Nascimento Martins - Presidente da Câmara.-----

**VEREADORES PRESENTES:** Domingos José Monteiro Madeira Pinto, Maria  
Dolores Alves Ferreira Monteiro, Miguel de  
Matos Esteves, Rui Jorge Cordeiro Gonçalves  
dos Santos, Eugénia Margarida Coutinho da  
Silva Almeida e Henrique de Matos Morgado.---

**AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** Não houve.-----

**SECRETARIOU:** Eduardo Luís Varela Rodrigues - Diretor do Departamento  
Administrativo e Financeiro.-----

**HORA DE ABERTURA:** Declarada aberta pelo Senhor Presidente, quando eram  
10 horas.-----

**OUTRAS PRESENÇAS:** Não houve.-----

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** Aprovada.-----

## SUMÁRIO

1. – Tolerância de ponto – Dia 21/02/2012 (terça-feira de Carnaval).....	3
--	---

CÂMARA MUNICIPAL

- Tolerância de ponto

- Dia 21/02/2012 (terça-feira de Carnaval)

----- 1. - Presente à reunião ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 07/02/2012 do seguinte teor:

“O artigo 168 do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas determina os feriados obrigatórios, estabelecendo o artigo seguinte que, para além dos feriados obrigatórios apenas podem ser observados a terça-feira de Carnaval e o feriado municipal.

As normas referidas – arts 168 e 169 – são imperativas, sendo nulas as disposições de contrato ou de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho que estabeleçam feriados diferentes.

Logo, para que a terça-feira de Carnaval seja considerada feriado, terá o Governo que o decretar, dado que os Municípios apenas têm competência para fixar os feriados municipais, nos termos da Lei 169/99, de 18 de setembro.

Tendo o Governo entendido não conceder o feriado da terça-feira de Carnaval e tendo em conta a longa tradição nalguns Municípios nos festejos carnavalescos, bem como os investimentos já efetuados afigura-se-nos legal e possível a concessão da chamada “tolerância de ponto”.

De facto, a tolerância de ponto relaciona-se diretamente com a organização e funcionamento dos serviços pelo que é claramente competência dos órgãos municipais.

Nestes termos, podemos concluir que:

1. A terça-feira de Carnaval é um feriado facultativo;
2. Ao Governo cabe decidir a atribuição, ou não, deste feriado;
3. Os órgãos municipais têm apenas competência para fixar o feriado municipal;
4. Qualquer deliberação municipal no sentido de fixar outro feriado será ilegal com as consequências daí decorrentes;
5. Aos órgãos municipais cabe a organização e funcionamento dos serviços;

6. O Presidente da Câmara, no âmbito da competência prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, pode conceder tolerância de ponto.
7. A eventual tolerância de ponto deve ser fundamentada, tendo designadamente em conta, a tradição dos festejos carnavalescos, os investimentos já efetuados, a expectativa de dinamização económica e ainda a previsibilidade de um reduzido número de utentes nos serviços públicos.”

Durante a discussão deste assunto foi salientado a facto de existir a tradição de festejos carnavalescos nas freguesias rurais e periurbanas de Vila Real e a previsão do reduzido número de utentes, tendo em consideração o encerramento de Bancos, Tribunal, Escolas, etc.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Depois de longa discussão o Senhor Presidente colocou o assunto à votação informando que votaria no final. -----

Os Vereadores do Partido Socialista votaram a favor de se conceder tolerância de ponto de carnaval, a Vereadora Dolores Monteiro votou contra a tolerância, o Vereador Miguel Esteves votou a favor, o Vereador Domingos Madeira Pinto votou contra e no final o Senhor Presidente votou a favor da tolerância, mantendo-se desta forma a deliberação de 6 de Fevereiro de 2012.-----

- O Vereador Miguel Esteves apresentou a seguinte declaração de voto:

“Na última reunião da Câmara Municipal, realizada no passado dia 6 do corrente mês de Fevereiro, foi votada, por unanimidade, a proposta de tolerância de ponto para os funcionários da Autarquia e Empresas Municipais no dia de Carnaval – 21 de Fevereiro.

- Não tendo havido, entretanto, alterações significativas que levem a modificar o sentido de voto, nomeadamente o ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, de 07/02/2012 que no ponto 7 refere “A

eventual tolerância de ponto deve ser fundamentada, tendo designadamente em conta, a tradição dos festejos carnavalescos, ... e ainda a previsibilidade de um reduzido número de utentes nos serviços públicos.”;

- Perante informações que indiciam que as escolas do concelho, desde o ensino básico ao superior, não terão atividades letivas e que o sector bancário, CTT, Tribunais e outros organismos públicos estarão encerrados, na totalidade ou em parte;

- Dada a tradição de festejos carnavalescos fundamentalmente nas comunidades rurais e suburbanas do nosso concelho, o que muito contribuirá para que haja uma fraca afluência aos serviços do município;

- Referindo ainda que com a deliberação da Câmara Municipal, nunca estiveram em causa razões de posição contra o anunciado pelo senhor Primeiro Ministro;

- Dado que, do meu ponto de vista, não devem os órgãos de decisão da administração pública, nomeadamente os órgãos autárquicos, transmitir sinais contraditórios na ponderação das suas deliberações;

Mantenho a posição assumida na deliberação, sobre este assunto, tomada na reunião do dia 6 do corrente mês.”--

- O Vereador Domingos Madeira Pinto vai apresentar a seguinte declaração de voto.

“Em 6 de Fevereiro de 2012, em reunião ordinária da Câmara Municipal, um dos pontos de ordem de trabalho foi a análise e a discussão sobre a tolerância de ponto, na Terça-Feira de Carnaval (21.02.2012), tendo recaído sobre esta semântica, um voto favorável sustentado numa votação por unanimidade do Executivo.



No entanto, durante a semana que decorreu, num mundo de velocidade vertiginosa em que diversas premissas têm que estar em cima da mesa, alguns novos dados se apresentaram, designadamente um documento da Associação Nacional de Municípios, alertando para este tema.

Por esse mesmo motivo, foi decidido realizar uma reunião extraordinária no dia 13 de Fevereiro, para uma análise ou reanálise deste assunto, na qual foi por mim decidido retificar a minha votação, no sentido da não tolerância de ponto, nesta Terça - Feira, levando em linha de conta os documentos que estiveram a ser analisados bem como um olhar atento Sócio - Económico, sobre a conjuntura Regional e Nacional, onde se encontra inserido o Município de Vila Real.”-----

**- Aprovação da ata em minuta e encerramento da reunião**

----- 2. - E não havendo mais nada a tratar, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para efeitos consignados no n.º. 4 do art.º. 92º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de setembro alterada e republicada pela Lei nº 5-A/02, de 11 de janeiro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, com funções de Secretário que a mandei elaborar. Seguidamente foi encerrada a reunião quando eram 11,30 horas.-

**O DIRETOR DE DEPARTAMENTO,**

  
(Eduardo Luís Varela Rodrigues)

**O PRESIDENTE DA CÂMARA,**

  
(Manuel do Nascimento Martins)